

## JORNALISMO, MEMÓRIA E AMNÉSIA

*«A memória de uma sociedade estende-se até onde pode, ou seja, até onde chega a memória dos grupos que a compõem. E não é por má vontade, antipatia, repulsa ou indiferença que ela esquece uma tão grande quantidade de acontecimentos e figuras antigas. É que o grupo que guardava a memória deles desapareceu. (...) Em todo o caso, porque a memória de uma sociedade se esboroa lentamente nos bordos que marcam os seus limites, à medida que os seus membros individuais, sobretudo os mais velhos, desaparecem ou se isolam, ela não pára de se transformar, e o próprio grupo muda sem cessar. É aliás difícil dizer em que momento uma memória colectiva desapareceu, e se saiu decididamente da consciência do grupo, precisamente porque basta que se conserve numa parte limitada do corpo social para que seja sempre possível encontrá-la ali.»*

Maurice Halbwachs, *La mémoire collective*<sup>1</sup>

Como muitas outras pessoas da minha idade, lembro-me perfeitamente do 25 de Abril de 1974 e dos dias que se lhe seguiram. É uma memória que se faz de coisas físicas, de sons, de imagens – uma jovem que pinta a foice e o martelo nos carros militares que lhe passam perto, jovens empoleirados em árvores seguindo os acontecimentos no Quartel do Carmo, militares a quem era preciso explicar que, embora acusados pelo regime derrubado de crimes de Direito Comum, os presos da FAP e da LUAR eram, eles também, presos políticos, slogans «Nem mais um só soldado para as colónias», «O Povo unido jamais será vencido», um cego que tocava, A Internacional no seu acordeón – uma memória também ela física, pessoal, indesmentível.

Posso não me lembrar a que horas, até mesmo em que dia, se deu cada acontecimento,

<sup>1</sup> Halbwachs, Maurice, *La mémoire collective (Édition critique établie par Gérard Namer)*, Bibliothèque de l'Évolution de l'Humanité, Albin Michel, Paris, 1997.

posso ignorar muitos pormenores, mas não me podem fazer crer que não foi o que foi – a recusa de uma guerra colonial e do sistema autoritário que a mantinha, a destruição dos aparelhos repressivos da ditadura, a tentativa de criar uma nova sociedade, mais livre, mais justa, mais fraterna, o sonho que, em 1945, vencido o nazismo, trouxera para a rua milhares de pessoas por toda a Europa e também em Portugal, onde tantos o pagaram com a prisão, a tortura, a perseguição e o exílio.

Da mesma forma, lembro-me da minha escola no Dundo – onde só havia crianças brancas, havendo uma outra para as crianças negras – e da de Rio-de-Mouro, onde só poucos andavam calçados e a maioria não tinha dinheiro para comprar os livros, ainda que, nesse tempo, estes fossem únicos e servissem ano após ano a diversos irmãos. Discriminação racial e social, trabalho compelido, palmatoadas, miséria: não precisei de passar da primária para que tudo isso se me tornasse familiar, mesmo se só depois disso me apercebi da censura e das fraudes eleitorais (em 1958), da guerra colonial (em 1961), das prisões e da tortura (em 1965).

Os 3 Ds do Movimento das Forças Armadas faziam, por isso, todo o sentido, nesse ano de 1974 – e não poderiam ter-se ficado pelo de Desenvolver, porque esse não ia sem os outros dois, ao contrário do que nos querem fazer crer os que, da data, pretendem comemorar apenas este, como se tudo o que estivesse em causa fosse o desenvolvimento, não o colonialismo que fizera abrirem-se os olhos dos capitães cansados de guerra injusta, a ausência de democracia que a fazia manter-se mesmo contra a vontade dos que a ela eram forçados.

O 25 de Abril é, portanto, para mim como para outros jornalistas da mesma geração, uma memória tão individual como colectiva. Aos que dizem que nunca o Ensino foi tão mau podemos contrapor o tempo em que era um privilégio destinado a muito poucos, aos que criticam as listas de espera recordar o tempo em que a maioria da população não tinha acesso a cuidados de saúde, aos que criticam a descolonização lembrar o colonialismo, a discriminação rática, o trabalho compelido, a recusa de diálogo com os movimentos de libertação, os anos de guerra contra os ventos da História.

Os jornalistas mais jovens, esses, nasceram em democracia e, para eles, o 25 de Abril é tão distante quanto o 5 de Outubro – que para os mais velhos talvez nunca tenha sido tão longínquo porque, durante o regime de Salazar e Caetano, as comemorações da implantação da República eram, ano após ano, uma forma de protesto contra a Ditadura.

Trinta anos passados, tendo o número de jornalistas decuplicado e caracterizando-se a profissão pela sua juventude, será certamente diferente, nas redacções portuguesas, a memória do 25 de Abril e de tudo o que o precedeu e o sucedeu – factores que marcam ainda hoje, fortemente, a vida nacional.

## **Uma profissão que decuplicou**

Em 1970, estimava-se em 459 o número de jornalistas inscritos no Sindicato Nacional dos Jornalistas – mas é certo que só se contabilizavam, então, aqueles que exerciam o jornalismo escrito na Imprensa diária. De acordo com as novas inscrições indicadas pelo Sindicato para os anos que se seguiram, em 1974 eram mais 150. Nesse ano entraram apenas 56 novos jornalistas – mas, em 1975, houve 159 novas sindicalizações, numa tendência de crescimento que levou a que, quando

em artigo publicado em 1988, no número 8 da Revista de Comunicação e Linguagens<sup>2</sup>, Paquete de Oliveira descreve o grupo profissional dos jornalistas, refira já uma população de 1508 pessoas.

Paquete de Oliveira refere uma taxa de crescimento na ordem de 32% nos 5 anos anteriores. A profissão é exercida predominantemente na imprensa escrita e em Lisboa, e é maioritariamente masculina (19,8% de mulheres, a maioria das quais exercendo há menos de 10 anos) e jovem (57,5% abaixo dos 40 anos).

Dois anos depois, em Junho de 1990, há já 2347 jornalistas – um crescimento de 36,5% em apenas dois anos e meio! – dos quais 70% abaixo dos 44 anos. A percentagem de mulheres subiu para 25,4%.

Sete anos depois, em 1997, o 2º Inquérito Nacional aos Jornalistas Portugueses vai encontrar uma classe composta de 4247 jornalistas profissionais<sup>3</sup>, ainda maioritariamente masculina (67,2%) e jovem (66% abaixo dos 40 anos).

Em 2003, o número de jornalistas com carteira profissional actualizada era de 6595 – mais que decuplicando o de 1974. Simultaneamente, o Sindicato dos Jornalistas referia a aplicação, em várias empresas, de uma política de «emagrecimento» recorrendo a «rescisões amigáveis», «pré-reformas», «reformas antecipadas». Essas políticas, não raro conjugadas com a precariedade de trabalho e a utilização de trabalho não remunerado de estagiários, contribuem para aumentar ainda mais a percentagem de jovens na profissão.

## Rejuvenescimento e memória

Situando-se a maioria dos jornalistas a abaixo dos 40 anos – ou seja, tendo no máximo dez anos à data do 25 de Abril de 1974 – forçoso é concluir que guardam pouca memória do que este significou e ainda menor do que existira antes.

Poderá isso considerar-se um problema? Afinal, os jornalistas que hoje se situam ao redor dos 50/60 anos também não viveram a implantação da República, a Grande Guerra, a guerra de Espanha ou a 2ª Guerra Mundial – e noticiaram um mundo moldado por elas.

A diferença pode estar em que, na altura em que muitos de nós se iniciaram no jornalismo, era menor a desproporção entre «veteranos» e «estagiários» – e a transmissão da memória fazia-se de forma natural, porque havia sempre um alguém mais velho a quem recorrer em caso de dúvida.

Ora, a crer, entre outros testemunhos, no de uma jovem jornalista, Isabel Lucas, em crónica há meses publicada na revista «JJ-Jornais e jornalistas», isso poderá estar a mudar:

*«Há dez anos, quando pela primeira vez tive lugar numa redacção, sempre que me entregavam um trabalho, apontavam-me um jornalista capaz de me ajudar e fazer a reconstrução de um acontecimento. À distância de umas secretárias e em poucos minutos, eu tinha o background da minha história e a informação mínima para poder levantar dúvidas e questionar os interlocutores que iria enfrentar. O resto da pesquisa seria comigo, mas, entretanto, conseguira o suficiente para não me sentir tão perdida acerca de um assunto sobre o qual não tinha memória. Eu não. Mas a redacção tinha. E isso dava segurança.»<sup>4</sup>*

<sup>2</sup> Lido na sua inserção na colectânea «Os Jornalistas Portugueses: Aproximações Sociológicas», organizada por José Luís Garcia.

<sup>3</sup> Contabilizando apenas os possuidores de título profissional, agora emitido pela Comissão da Carteira Profissional de Jornalista, criada pelo Dec. Lei 291/94 de 16 de Novembro.

<sup>4</sup> Lucas, Isabel, «Falta de memória», in «JJ-Jornalismo e Jornalistas», 16, Clube dos Jornalistas, Lisboa, Outubro/Dezembro 2003.

Nesa crónica, não era o 25 de Abril, tão antigo já, que estava em causa. Era algo muito mais próximo de nós – e profundamente mediatizado:

*«Há pouco tempo, uma jornalista que tentava escrever sobre a Guerra no Iraque queixava-se de não ter nenhuma memória sobre a primeira Guerra do Golfo e de não encontrar na redacção ninguém a quem pudesse recorrer para tirar uma dúvida. Por falta de tempo e de saber. Ela não tem culpa, mas a redacção em que trabalha tem a responsabilidade.»<sup>5</sup>*

## Escolaridade e acesso à profissão

É provável, no entanto, que o empregador considere que esse é um problema superado pelas habilitações académicas dos jovens jornalistas, também elas em acentuado crescendo.

Assim, em 1951, de acordo com o Contrato Colectivo de Trabalho (CCT), para se ser admitido no quadro redactorial de um jornal, bastava ter 18 anos – e fazer dois meses de experiência.<sup>6</sup>

Dez anos depois, em 1961, para além da idade mínima de 18 anos, o CCT obrigava os candidatos a jornalistas a ter o «segundo ciclo dos liceus, ou equivalente, salvo casos especiais». Mantinham-se os 2 meses de experiência.<sup>7</sup>

Em 1971, mantendo-se a idade mínima, as habilitações mínimas exigidas sobem para o 3º ciclo dos liceus ou equivalente e prevê-se uma Comissão de Avaliação, formada por jornalistas designados pelo Sindicato, o Grémio e a Corporação de Imprensa e Artes Gráficas, para, em caso de dúvida, analisar as aptidões do candidato, através de um «questionário de cultura geral, incluindo especialmente temas da actualidade, e a realização de uma reportagem no exterior». (Ficavam dispensados destas condições os diplomados por cursos oficiais de jornalismo).<sup>8</sup>

Neste momento, e apesar de, segundo o Estatuto do Jornalista, as condições de acesso à profissão serem ser-se maior de 18 anos e estar no pleno gozo dos direitos cívicos, há Contratos Colectivos que exigem a habilitação com o 12º ano ou com licenciatura. Essas condições – que têm provavelmente em conta a existência na profissão de antigos profissionais com baixas habilitações escolares – são acompanhadas, para os que agora se iniciam na profissão, da exigência de um estágio obrigatório, a concluir com aproveitamento, com a duração de 24 meses, sendo reduzido a 18 meses em caso de habilitação com curso superior, ou a 12 meses em caso de licenciatura na área da comunicação social ou de habilitação com curso equivalente, reconhecido pela Comissão da Carteira Profissional dos Jornalistas<sup>9</sup>.

Assinale-se que é crescente, nos órgãos de informação, a presença de licenciados na área da Comunicação ou do Jornalismo, apesar de o Sindicato dos Jornalistas não ter conhecimento de nenhum caso de contratos em que seja exigida a licenciatura em uma dessas duas áreas.<sup>10</sup>

A profissão não se limitou a – conforme mostram os números atrás citados – decuplicar, juvenilizar-se e feminilizar-se. Também as habilitações dos jornalistas cresceram muito ao longo dos últimos 30 anos.

<sup>5</sup> Id.

<sup>6</sup> Sobreira, Rosa Maria Campos, «Os jornalistas portugueses 1933-74, Uma profissão em construção», dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação, Lisboa, 2001.

<sup>7</sup> Id.

<sup>8</sup> Ibid.

<sup>9</sup> Estatuto do Jornalista, Lei nº 1/99, de 13 de Janeiro.

<sup>10</sup> Informação prestada pelo Presidente do Sindicato dos Jornalistas, Alfredo Maia, em 13/2/04.

Assim, em 1988, Pacote de Oliveira referia um conjunto profissional com baixas habilitações académicas, com apenas 19,2% de licenciados, a maioria dos quais em Direito, embora o sociólogo saliente já a tendência para o crescimento do número de licenciados em Comunicação Social. Dois anos depois, em Junho de 1990, a percentagem de jornalistas licenciados subira para 27,9% – fornecendo 46,3% dos cargos de chefia nos órgãos de comunicação social. E em 1997, o 2º Inquérito Nacional aos Jornalistas refere, na amostra utilizada, 36,7% licenciados e 5,9% bacharéis, sendo os cursos mais frequentados – 45,1% – os ligados a «Ciências da Comunicação», «Comunicação Social» e «Jornalismo».<sup>11</sup>

Parece assim compreensível a confiança do empregador em que os jovens jornalistas superem pelas suas habilitações a ausência de memória e a conseqüente dificuldade em enquadrar as matérias que lhes são confiadas. Aliás, esse entendimento é patente na prática, tantas vezes verificada, de entregar a jovens em estágio curricular peças que são depois utilizadas sem revisão posterior.

Responderão, no entanto, as licenciaturas em Jornalismo ou Comunicação Social às necessidades de aprendizagem dos jovens que acedem à profissão?

Sem pôr em causa que o «fechamento» duma profissão, com a admissão condicionada a uma determinada aprendizagem, seja um dos factores de prestígio dessa profissão, creio que a resposta à pergunta anterior não pode deixar de ser negativa e justificar a recusa de que o acesso à profissão venha a estar condicionado a uma licenciatura na área. E uma das necessidades que não é resolvida é, precisamente, a da memória histórica – até porque só uma minoria dos *curricula* das licenciaturas em Jornalismo e/ou Comunicação Social incluem a História Contemporânea, portuguesa ou internacional.<sup>12</sup>

O que é tanto mais curioso quanto a História surgia integrada nos *curricula* apresentados pela organização sindical dos jornalistas, quer na proposta de criação de um curso superior, feita em 1941, quer naquele que levou a efeito em 1968 – concluído por muitos dos que por essa altura ingressaram na profissão.<sup>13</sup>

Parece assim verificar-se um divórcio entre o que os jornalistas profissionais consideram necessário à sua formação e o que as Universidades portuguesas propõem nesse campo. E se, com o tempo e o aumento de licenciados em Jornalismo/Comunicação Social nas redacções o debate foi diminuindo de tom, a situação está longe de bem resolvida, como decorre das palavras de Carla Baptista, a propósito do I Encontro sobre Ensino do jornalismo:

*«O jornalista precisa de saber reconhecer as notícias: saber como proceder para recolher e verificar a informação relevante: saber contar numa linguagem simples, rigorosa e apelativa. Não é difícil apontar o que um*

<sup>11</sup> A maior preparação académica dos jornalistas acompanha, aliás, o que se passa em outras profissões. Basta comparar os 25.726 inscritos, em 70/71, nos equivalentes aos 10º a 12º anos e ensino técnico profissional, e os 437.212 matriculados no 10º a 12º anos em 1996/97; ou constatar que, em 70/71, o número de alunos inscritos no ensino superior público e privado era de 49.461, contra 344.868 em 97/98. Barreto, António (org), «A Situação Social em Portugal 1960-1999», vol.II, ICS,Lisboa, 2000.

<sup>12</sup> Mesquita, Mário e Ponte, Cristina, «Situação do Ensino e da Formação Profissional na área do Jornalismo».

<sup>13</sup> Em 1941 eram as seguintes as cadeiras previstas pelos dirigentes sindicais: «A Formação profissional do Jornalista: A Imprensa: seu papel na sociedade moderna. Como são feitos os jornais»; «A Educação Política e Histórica do Jornalismo», «Os Estados Modernos e o Direito Internacional Público», «Os grandes problemas económicos actuais», «História Geral da Imprensa», «Formação e Evolução do Jornalismo profissional em Portugal», «Legislação da Imprensa», «Exercícios Práticos de Jornalismo», «Lingua Portuguesa».

No curso de 1968, as cadeiras leccionadas foram: História Contemporânea, Direito, Geografia Económica, Doutrinas Filosóficas Modernas, Língua Portuguesa, Panorâmica da Imprensa, a Comunicação e os seus meios, Sociologia da Informação, Orgânica do Jornal, Prática da Comunicação e Técnicas Gráficas.

*jornalista precisa de saber. O que é realmente complicado é saber como transmitir esse saber fazer. A maioria dos cursos superiores em Ciências da Comunicação que incluem a variante Jornalismo agarram uns pós de Ciências Sociais, outros de Ciências da Comunicação, misturam com um pouco de prática jornalística, atiram tudo para um pote e esperam que resulte.»<sup>14</sup>*

## Uma proposta do Sindicato mal recebida pela Universidade

Em 1997, tendo em conta a existência de muitos profissionais acima dos 40 anos que tinham interrompido cursos universitários para se dedicarem ao jornalismo e o facto de, ao fim de alguns anos de profissão, sobrevir a necessidade de reflectir sobre ela, o Sindicato dos Jornalistas sugeriu ao então titular da pasta da Educação, Eduardo Marçal Grilo, três medidas para a formação contínua dos jornalistas:

- Possibilidade de acesso à Universidade de jornalistas profissionais habilitados com o 11º ano ou equivalente, mais de 25 anos e cinco de exercício da profissão;
- Possibilidade de acesso à Universidade, numa modalidade de «curso à medida» por créditos, de jornalistas profissionais com mais de 35 anos e mais de 10 anos de profissão.
- Possibilidade de acesso a mestrados na área da Comunicação Social de jornalistas profissionais habilitados com o 12º ano ou equivalente e mais de 10 anos de exercício da profissão (5 se licenciados nessa ou qualquer outra área);

No entender do Sindicato, estas medidas, para além de contribuírem para a maior qualificação dos directamente interessados, abririam espaço a uma maior colaboração entre a profissão e a Universidade. O sistema de créditos, a utilizar primeiro como excepção, poderia além disso vir a permitir o desenvolvimento de cursos de «geometria variável», em que o aluno pudesse escolher cadeiras de opção em diferentes faculdades, de modo a conseguir o máximo de habilitações no campo em que pretendia especializar-se.

O ministro Marçal Grilo mostrou grande receptividade a estas propostas, tendo mesmo patrocinado uma reunião entre representantes do Sindicato dos Jornalistas, do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas e do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos. Nessa reunião foi no entanto evidente que Universidades e Politécnicos viam as propostas do Sindicato como ofensivas e reveladoras de menosprezo pelo Ensino Superior e as recusavam liminarmente. Isto enquanto em outros países da União Europeia, como a França, as competências adquiridas na profissão ou outras actividades extra-académicas contavam como créditos para a concessão de graus universitários...

No entanto, na sequência dessa reunião, veio a surgir a proposta, por parte da Escola Superior de Comunicação Social de Lisboa e do ISCTE, de uma Pós-Graduação/Extensão Universitária em Jornalismo. Iniciada no ano lectivo de 1999/2000, tem vindo, desde então, a colocar lado a lado jovens licenciados e jornalistas não licenciados com diversos anos de profissão – com resultados que os seus organizadores consideram muito satisfatórios.

Em 2003 o processo deu um passo em frente. Pedro Lynce, ministro da Ciência e do Ensino Superior, introduzia na Proposta de Articulada da Lei de Bases de Educação e Formação, algumas

<sup>14</sup> Baptista, Carla, «*Encontro sobre Ensino do Jornalismo-Jornalistas precisam de uma formação superior que combine teoria e prática*», in «*JJ-Jornalismo e Jornalistas*», 16, Clube dos Jornalistas, Lisboa, Outubro/Dezembro 2003.

disposições referentes ao acesso ao Ensino Superior que correspondiam às propostas avançadas pelo Sindicato dos Jornalistas.

Assim, considerando, no seu artigo 1º, que «*o ensino superior tem por finalidade proporcionar, e quando adquirida externamente, validar a formação científica, humanística, profissional, técnica e artística, ao mais alto nível*», o texto referia, no artigo 4º, relativo a graus e diplomas, que «*os cursos conferentes de grau são organizados pelo regime de unidades de crédito, podendo as instituições de ensino superior reconhecer e creditar qualificações não formais*» e que «*os diplomas certificadores dos cursos conferentes de grau poderão ter um suplemento, onde se enuncie e credite o percurso formal e não formal do diplomado*».

Ao contrário do que pressupuseram os ofendidos participantes da reunião de 1997, não se trata de passar administrativamente os profissionais: trata-se apenas de, não sendo eles responsáveis por ter vivido um tempo em que o acesso ao Ensino Superior era diminuto e não havia cursos superiores de Jornalismo, lhes permitir aceder aos mesmos graus que os seus camaradas mais jovens – e, neles, terem êxito ou falharem, consoante as suas capacidades. Algo que já se fez em outros países, onde o hábito democrático retirou ao tratamento por «doutor» o peso que ainda tem em Portugal...

## Créditos e currículos

Ofendidos pela proposta de acesso à Universidade sem 12º ano e – pior ainda! – a Mestrados sem licenciatura, os responsáveis das instituições de Ensino Superior rejeitaram, igualmente, a proposta de cursos de geometria variável, por créditos, a que o Sindicato atribuía igual importância.

Como defenderam perante sucessivos ministros, os dirigentes sindicais basearam-na no facto de ser muito diversa a necessidade de conhecimentos dos jornalistas das diversas áreas. E se todos necessitam de uma formação comum ao nível da cultura geral, da História, da Geografia, do Português e de outras línguas, da Deontologia, das técnicas jornalísticas, da informática, da estatística, a uns poderia convir frequentar cadeiras do curso de Motricidade Humana, a outros de Economia, de Direito ou de Ciências Políticas, num justo equilíbrio entre umas e outras.

Bizarro? Não mais, certamente, que em alguns cursos ministrarem-se a futuros jornalistas cadeiras de relações públicas e/ou publicidade.

Defender esta proposta não é pôr em causa a necessidade de uma formação superior dos jornalistas. É, antes, chamar a atenção para o desajuste entre a formação que lhes é actualmente ministrada na maioria dos cursos de Jornalismo e/ou Comunicação Social e as suas reais necessidades no exercício da profissão. E também não quer dizer que se pretenda dar aos estudantes de Jornalismo apenas habilitações técnicas. Nada disso. Pretende-se, isso sim, fornecer-lhes uma sólida cultura de base que os habilite o melhor possível para o seu trabalho – deixando em aberto a possibilidade de, após algum tempo de trabalho em redacções, voltarem aos bancos da Universidade para reflectirem sobre o exercício da profissão e os problemas com que nele se confrontaram.

O que é, afinal, o modelo de uma das mais prestigiadas escolas de Jornalismo do Mundo, a de Columbia. Fiel à ideia de que ali se estuda «*a prática do jornalismo, não os media nem a indústria da notícia*», Columbia propõe um primeiro grau centrado nas técnicas jornalísticas e em diferentes áreas de jornalismo, internacional, economia, cultura, reportagem local, sendo o trabalho final uma

investigação jornalística, escrita ou audiovisual. Para os que se encontram já a meio da carreira, Columbia oferece um novo grau, correspondente a um programa de estudos aprofundados numa determinada área – e, finalmente, um Doutoramento em Filosofia da Comunicação. Parece mais lógico que começar por criar especialistas em comunicação e pedir-lhes, depois, que exerçam bom jornalismo...

## Voltando ao início

Voltando ao início, o que se defende é que, não podendo cada geração ter a memória daquilo que foi vivido antes de nascerem, no caso dos jornalistas Universidades e órgãos de informação ponham nisso cuidado especial.

Ou seja: que as Universidades incluam nos *curricula* dos cursos de Jornalismo/Comunicação Social cadeiras de História (do Século XX, das Ideias, das Civilizações); que os órgãos de informação reflitam sobre os ensinamentos de Maurice Halbwachs (*A memória de uma sociedade estende-se até onde pode, ou seja, até onde chega a memória dos grupos que a compõem. E não é por má vontade, antipatia, repulsa ou indiferença que ela esquece uma tão grande quantidade de acontecimentos e figuras antigas. É que o grupo que guardava a memória deles desapareceu.*) e não esvaziem de memória as suas redacções, em nome de «emagrecimentos» e «agilizações» que afastam os jornalistas que a detêm. Aqueles que, como lembra Ana Lucas, fornecem aos jovens o *background* da história e a informação mínima para poderem levantar dúvidas e questionar os interlocutores que vão enfrentar.

A ausência destes – ainda por cima se acompanhada daquele desconhecimento da História recente que vemos nas inesgotáveis reportagens sobre os jovens que pensam que Marcelo Caetano foi o primeiro Presidente depois do 25 de Abril – torna mais fácil a manipulação dos jovens jornalistas e menos segura a informação que difundem.

Afinal, se não viveram o 25 de Abril, se ao longo do percurso escolar, ocupados que estavam a ensinar-lhes as dinastias, os professores nunca tiveram tempo para desenvolver temas da História Contemporânea, se o que a televisão lhes ofereceu ao longo dos anos foram as comemorações oficiais e os discursos da Assembleia da República, se falharam as poucas séries televisivas sobre o «antes» e não viram o filme de Maria de Medeiros sobre o dia, como poderão os jovens jornalistas saber que não, não foi só – nem sobretudo – de «evolução» que se tratou há trinta anos, e que, por algum tempo, o R de «revolução» esteve presente?

Mas, se os jornalistas não o souberem, como poderão os outros sabê-lo?